

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2880052620201020173448

Processo 0813919-79.2020.8.23.0010 ☆ - (144 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

43 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 43

500 por pág.. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
43	20/10/2020 17:34:48	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (08/10/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	43.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2725665RECURSODEAPELACAO01.pdf Público
	43.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2725665RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
42	20/10/2020 00:00:07	(Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 19/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (08/10/2020) e ao evento de expedição seq. 38.	SISTEMA CNJ
		EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	
41	19/10/2020 11:11:26	Referente ao evento (seq. 37) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO(08/10/2020 19:20:16). Identificador do Cumprimento: 0003	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
40	09/10/2020 11:43:08	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 09/10/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (08/10/2020) e ao evento de expedição seq. 39.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
39	09/10/2020 08:38:37	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 37) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (08/10/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
38	09/10/2020 08:38:37	Para advogados/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 37) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (08/10/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
		JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO	
37	08/10/2020 19:20:16		DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS Magistrado
		CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
36	02/10/2020 16:18:12	Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS	EGLAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
		DECORRIDO PRAZO DE ARIVALDO MARQUES DA COSTA	
35	26/09/2020 00:02:26	(P/ advgs. de ARIVALDO MARQUES DA COSTA *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 30.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
34	04/09/2020 00:01:22	(Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 03/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 30.	SISTEMA CNJ
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	
33	01/09/2020 11:04:54	Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
32	26/08/2020 16:06:41	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 26/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 31.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
31	24/08/2020 10:58:28	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)	Arielly Né de Almeida Estagiária
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
30	24/08/2020 10:58:28	Para advogados/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)	Arielly Né de Almeida Estagiária
		JUNTADA DE LAUDO	
29	24/08/2020 10:58:20		Arielly Né de Almeida Estagiária
		DECORRIDO PRAZO DE ARIVALDO MARQUES DA COSTA	
28	24/07/2020 00:06:15	(P/ advgs. de ARIVALDO MARQUES DA COSTA *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 11.	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE ARIVALDO MARQUES DA COSTA	
27	15/07/2020 00:04:26	(P/ advgs. de ARIVALDO MARQUES DA COSTA *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 15.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE MANDADO REALIZADA	
26	13/07/2020 12:10:29	MANDADO lido em 13/07/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 23) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (05/07/2020 20:20:32). Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA	EGLAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
		RETORNO DE MANDADO	
25	12/07/2020 19:27:37	Referente ao evento (seq. 23) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (05/07/2020 20:20:32). Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA	Leandro Sales Veras Oficial de Justiça
		REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO	
24	06/07/2020 11:20:04	Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 23) em 05/07/2020 20:20:32. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: Leandro Sales Veras. Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA	MANUELLA DE OLIVEIRA PARENTE Servidora Central de Mandados
		EXPEDIÇÃO DE MANDADO	
23	05/07/2020 20:20:32	Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO(23/06/2020 15:10:09). Natureza: Intimação. Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA. Identificador do Cumprimento: 0002	EGLAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
		HABILITAÇÃO PROVISÓRIA	
22	05/07/2020 20:00:10	Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 03/10/2020 (90 dias)	EGLAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
21	04/07/2020 00:05:11	(Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 03/07/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 15.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
20	01/07/2020 00:00:02	(Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 30/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 11.	SISTEMA CNJ
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	
19	29/06/2020 23:00:53	Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	
18	29/06/2020 22:58:47	Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
17	24/06/2020 09:59:40	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 12.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
16	24/06/2020 09:59:40	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/06/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 14.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
15	23/06/2020 15:10:14	Para advogados/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
14	23/06/2020 15:10:14	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO N. 08139197920208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ARIVALDO MARQUES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08139197920208230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ARIVALDO MARQUES DA COSTA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DO ERRO MATERIAL

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

*Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de indenização, fixando o mesmo no valor de R\$*

3.3750.00 em sintonia com o laudo médico pericial que constatou 50% como grau avaliado pelas lesões no pé, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Fixo juros e correção monetária na forma definida na fundamentação.

Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa.(GN).

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como valor da condenação **R\$ 3.3750,00**, porém, quando na verdade deveria constar **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**.

Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou valor equivocado.

Assim requer a correção do erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

¹Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil³.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, **caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.**

Também **não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.**

[...]

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

³ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0018643-27.2016.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Juiz Alexandre Barbosa Fabiani - J. 06.09.2018)

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 13 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ARIVALDO MARQUES DA COSTA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08139197920208230010.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86640000000-0 48880574106-0 02020102800-6 10200054466-2

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,88	Vencimento: 28/10/2020
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.20.0054466	Valor da Causa: R\$ 16.500.00	Processo: 0813919-79.2020.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação Mecânica



86640000000-0 48880574106-0 02020102800-6 10200054466-2

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,88	Vencimento: 28/10/2020
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.20.0054466	Valor da Causa: R\$ 16.500.00	Processo: 0813919-79.2020.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,88
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

R\$ 48,88

Autenticação Mecânica



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/10/2020 - AUTOATENDIMENTO - 16.44.12
1251301251 SEGUNDA VIA 0018

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86640000000-0 48880574106-0
	02020102800-6 10200054466-2
Data do pagamento	16/10/2020
Valor Total	48,88

DOCUMENTO: 101605
AUTENTICACAO SISBB: E.79E.C02.603.C5A.474